

Quais as fronteiras da mente?

Brevíssima introdução à Teoria da Mente Estendida

Luís Estevinha Rodrigues

Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

Abstract

Apresentamos muito sumariamente a Teoria da Mente Estendida (TME) de Clark e Chalmers (1998, doravante C&C) e a conjectura que a sustenta, a Hipótese da Cognição Estendida (HCE). Revisitamos um argumento que milita contra a TME e defendemos, a partir da sua análise, que a plausibilidade ou implausibilidade desta hipótese depende não apenas de considerações de ordem epistemológica mas também de considerações de ordem metafísica. No final deixamos em aberto a possibilidade de a TME conduzir ao cepticismo, caso seja verdadeira.

Keywords:

Mente estendida, cognição estendida, cérebro, mundo externo

A TME é a hipótese segundo a qual a mente não está confinada ao cérebro, estendendo-se, literalmente, para o mundo exterior ao crânio.¹ O que motiva a teoria é a ideia de que certos aparatos no mundo, como computadores pessoais, *smartphones*, etc, desempenham no que respeita ao processo de cognição as mesmas funções que as desempenhadas por partes do nosso cérebro—o nosso aparato cognitivo interno. É alegado que se esses objectos e respectivos processos exteriores ao cérebro têm um papel crucial na economia do processo de cognição, permitindo aos agentes guiar correctamente a sua acção com base nos resultados da actividade cognitiva resultante desses processos, então estes últimos são constituintes do próprio processo de cognição. Se assim é, alega-se ainda, então o processo de cognição estende-se para o exterior do cérebro: HCE. A TME é pois suportada pela HCE, sendo esta uma hipótese sobre a localização espaço-temporal do processo de cognição, e sendo aquela uma teoria so-

1. Defesas da TME podem ser encontradas em Clark e Chalmers (1998), Rowlands (1999) e Clark (2007, 2008, 2011). Menary (ed. 2007) disponibiliza num único lugar um conjunto de artigos semanais sobre o tópico.

bre a localização espaço-temporal da mente.

O argumento *genérico* a favor da TME tem a seguinte estrutura:

1. O processo de cognição, respectivos subprocessos e constituintes—como por exemplo crenças—não estão confinados ao cérebro e ao crânio, estendendo-se para o mundo externo e seus objectos;
 2. O processo de cognição, respectivos subprocessos e constituintes, são partes da mente;
 3. Por 1 e 2, partes da mente não estão confinadas ao cérebro e crânio estendendo-se para o mundo externo e seus objectos;
 4. Se partes de x se estendem para M , então x estende-se para M ;
- C. A mente não está circunscrita ao cérebro e ao crânio, estendendo-se para o mundo externo e seus objectos.

Não sendo 2 e 4 premissas que gerem em regra controvérsia no âmbito *desta* discussão, e dependendo 3 claramente de 1, o ónus da demonstração da plausibilidade da TME recai sobre esta última. Os defensores da TME, pelo menos da versão clássica², preocupam-se pois naturalmente em defender esta premissa.

No *loci classici* da TME, C&C (1998) defendem 1 com recurso ao que designaram por Princípio da Paridade (PP).

PP—“Se, ao executarmos alguma tarefa, uma parte do mundo funciona como um processo que, tivesse tido lugar na cabeça, nós não teríamos nenhuma hesitação em aceitá-lo como parte do processo cognitivo, então essa parte do mundo é (nesse momento) parte do processo cognitivo.” (C&C 1998: 8).

Para C&C o PP recolhe apoio em dados experimentais (ver o caso da resolução do puzzle de Tetris) que alegadamente revelam que determinados processos exteriores ao cérebro geram o mesmo tipo de efeito (ou ainda mais eficaz) do ponto de vista da acção que processos cognitivos internos. Se se aceitar que o processo de manipulação extra-cerebral do Tetris é um correlato do processo de ‘manipulação’ intra-cerebral, então assumindo que este último é uma parte do processo cognitivo, aquele também terá de ser.

A aqueles a quem o cenário da correlação causa alguma estranheza e desconfiança, Clark e Chalmers pedem para imaginar a possibilidade de uma parte do cérebro que seja também parte do processo cognitivo ser

2. Ver Kirchhoff (2011) para uma tipologia das três vagas de teorias de TME.

substituída um componente de silício (ou outro material) capaz de desenvolver o mesmo tipo de funções cognitivas que o cérebro. Sem dúvida que nesse caso o silício não seria *literalmente* parte do cérebro. Seria, por assim dizer, extra-cerebral. Mas será que esse elemento extra-cerebral não faria parte do processo cognitivo por ter a propriedade de ser extra-cerebral? C&C pensam e defendem que não.

Ainda com o intuito de fundamentar a HCE, C&C avançam uma famosa analogia que alegadamente demonstra a plausibilidade dessa hipótese.³ O ponto é o de que, sendo as crenças constituintes do processo de cognição, e sendo algumas crenças *disposicionais* extra-cerebrais, no sentido em que não se encontram no cérebro mas sim em certos objectos-dispositivos pertencentes ao mundo extra-cerebral, certos elementos do processo cognitivo *podem ser* entidades extra-cerebrais. C&C pedem-nos para imaginar o caso de Inga, alguém que *tem informação armazenada na sua memória biológica* acerca da localização do MoMA⁴, e Otto, alguém que, sofrendo de Alzheimer, tem a mesma informação mas *armazenada no seu computador pessoal*, onde a colocou antes de a doença o impossibilitar de recuperar essa informação e de a transformar numa crença ocorrente.⁵ C&C alegam que essa informação pode ser vista como uma crença disposicional tanto no caso de Inga como no caso de Otto, algo que a confirmar-se, e considerando novamente o PP, milita a favor da ideia de que elementos extra-cerebrais, como crenças disposicionais armazenadas em computadores pessoais (que guiam correctamente a acção, uma vez que permitem atingir fins), fazem parte do processo de cognição. Se a avaliação estiver em ordem, este processo estende-se para lá das fronteiras do cérebro e do crânio.

Uma vez que corta radicalmente com o *status quo* no que respeita à localização dos processos cognitivos, é natural que a HCE se estabelecesse como um alvo na mira dos críticos. Com efeito, diversas objecções foram-lhe movidas, nomeadamente a acusação de que a hipótese incorre na chamada Falácia da Ligação-constituição (Adams & Aizawa, 2001). A objecção refere que a HCE, versão C&C, assume que x é parte integrante de y porque x está de alguma forma ligado a y . Mas, é alegado, esta inferência da ligação para a constituição é ilegítima. As réplicas dos paladinos da HCE (Clark, 2008 *passim*) têm tentado mostrar ou que não há realmente uma falácia ou que é possível contornar a objecção optando por uma ver-

3. Farkas (2011) argumenta que C&C não distinguem entre a exterioridade do *suporte físico da cognição* e a exterioridade do próprio *processo de cognição e seus constituintes* (não-físicos), sendo que, defende ela, há assim duas versões da HCE, consoante a orientação física e não-física do problema, e não, como habitualmente sugerido, apenas uma.

4. Museum of Modern Art (NY).

5. Estamos como é óbvio a assumir alguma familiaridade do leitor com a distinção crença-ocorrente/crença-disposicional.

são mais fraca da HCE, a chamada Hipótese da Cognição Integrada⁶, que salvaguarda no essencial os pressupostos que autorizam que a cognição se estenda para o mundo externo e alegadamente evitam os dissabores associados à referida falácia.

A discussão em torno da implausibilidade da HCE e da TME é extensa⁷ e, cremos, não foram ainda apresentados argumentos conclusivos a favor da sua salvaguarda ou demissão. Não tendo nós também esses argumentos à mão, adiaremos essa discussão para outra altura. Daqui não se segue contudo que nada tenhamos a acrescentar. De seguida tecemos algumas considerações sobre a metodologia indicada para decidir se a mente está ou não confinada ao cérebro.

Gertler (2007: 196) apresenta uma objecção à TME quase sempre ignorada no seio do debate mas que, em nossa opinião, faz sobressair uma importante questão metodológica. Vamos primeiro à objecção e depois explanaremos essa questão. Crucialmente, Gertler imagina um caso no qual alguém que tem crenças disposicionais espalhadas por múltiplos veículos extra-cerebrais, robots, consegue *agir* em diferentes localizações espaço-temporais estando a dormir. O ponto, bem visto, estamos em crer, é o de que se C&C estiverem correctos alguém pode multiplicar as suas acções indefinidamente, uma vez que o seu processo cognitivo e, logo, a sua mente, podem estar em múltiplas localizações *simultaneamente*. Sem querer discutir os méritos ou deméritos da objecção de Gertler, parece-nos que ela levanta questões sérias acerca da natureza desse objecto (a existir tal objecto) que é a mente.

Quando se trata de inspeccionar filosoficamente o que é a mente e quais são as suas propriedades, a regra—em filosofia e ciência cognitiva—é partir de premissas oriundas da filosofia da mente, da psicologia cognitiva ou até, como temos vindo a ver neste ensaio, a partir de premissas que poderiam muito bem encaixar na epistemologia normativa tradicional. Mas não seria sensato investigar que tipo de objecto é esse partindo também (mas não apenas, como é óbvio) da metafísica?

Recupere-se a premissa 4 do argumento que suporta a HCE. É claramente uma premissa de teor metafísico. A plausibilidade de C depende bastante dela. Mas será que x está em M só porque partes de x se estendem para M ? *Quanto* de x tem de estar em M para x estar em M ? Se alguém tem um braço dentro da carruagem do metro e o resto do corpo fora dessa carruagem, está nessa carruagem?

Supondo, com as devidas reservas, que a mente não é um *universal* (como o Vermelho?) instanciado por múltiplos particulares com diferentes localizações espaço-temporais, que tipo de objecto é mente? A metafísica contemporânea diz-nos que se a mente for, como é geralmente aceite,

6. No original “The Hypothesis of Embedded Cognition”.

7. *Vide* Rupert (2004), Adams and Aizawa (2008) e Rowlands (2009).

um objecto particular abstracto (porque imaterial), dificilmente podemos vê-lo como descontínuo no espaço e no tempo, sendo, à guisa de um universal, instanciado por múltiplas entidades. Daí sai, por exemplo, parte da relutância de Gertler e da nossa em aceitar a proliferação de acções alegadamente autorizada por uma cognição e uma mente *estendidas*. Como pode ser a mente um objecto descontínuo? Como pode estar em diferentes lugares ao mesmo tempo?

Claro que se a mente nada mais for, como deseja o funcionalismo clássico, do que um conjunto de funções, então parece que avaliação metafísica da natureza da mente como um objecto particular abstracto confinado ao cérebro, cada mente a um cérebro apenas, desvanece-se, pois nesse caso é possível admitir situações em que exactamente as mesmas funções podem ser replicadas por diferentes cérebros ou mecanismos. Mas se a mente for um tropo, então o funcionalismo está errado, pois o mesmo tropo não pode repetir-se em diferentes objectos.

Seja como for, e nós não temos qualquer ideia *fixa* a respeito de como realmente é (embora tenhamos uma opinião sustentada, como veremos adiante), parece-nos prudente que qualquer teoria da mente ou das suas propriedades, como por exemplo a TME, tenha em conta uma metafísica e uma tipologia plausíveis acerca de entidades como mentes e coisas no mundo externo capazes de conter mentes ou partes de mentes. Não o fazer é, parece-nos, contribuir para uma visão empobrecida desse fenómeno.

*

Não deve ser novidade para ninguém que vivemos num mundo de alto fluxo de informação e conhecimento. Este é um lugar de intrincadas vias de comunicação, repleto de complexos mecanismos e sistemas que nos permitem, entre outras proezas, introduzir, aceder, recolher e transformar dados. Usamos *hardware* e *software* para ‘ligar’ os nossos cérebros ao mundo externo (novamente, a realidade exterior às fronteiras do cérebro e do crânio). Temos pois aparentemente dois pólos em jogo. De um lado está o cérebro, um órgão instrumental que, desempenhando determinadas funções de ordem física, recebe, gera, modifica, interage com, dados. Por outro lado temos o mundo externo, o qual interage activa ou passivamente com o cérebro. Onde está a mente nesta economia explicativa? E quais as suas fronteiras?

Estas questões são talvez uma reminiscência da velha mas venerável problemática cartesiana que supunha a dualidade de substâncias: a extensa e a pensante. A TME não tem como consequência *imediata* que haja uma substância pensante *independente* da substância extensa, pois reclama que o cérebro, que pelos padrões cartesianos faz parte da substância extensa,

é um elemento necessário para haver cognição e, por conseguinte, mente. Mas suponha-se que a TME é verdadeira e que não apenas os processos cognitivos como também os emocionais e todos os outros que estamos dispostos a ver como estruturas da mente (se a mente for um conjunto de estruturas, claro) podem ocorrer *fora e independentemente* dos limites definidos pelo espaço físico ocupado pelo cérebro. Um belo dia alguém acorda e a sua mente (o tal conjunto de estruturas e processos), e com ela a sua consciência⁸, foi completamente estendida e transferida, digamos, por génio tecnológico todo-poderoso, para um mundo virtual em tudo idêntico ao que essa pessoa conhecia antes de ir dormir. A mente dessa pessoa estendeu-se tanto para fora da sua *persona* física, e dela ficou tão isolada, que essa unidade corpo-mente deixou de existir. Mas a pessoa acredita que essa unidade ainda existe, pois nada realmente mudou da sua perspectiva. Se tal fosse possível, poderíamos muito ser uma mente estendida para, e isolada num, mundo fantoche repleto de putativas mentes—emulações geradas por poderosas máquinas (à guisa do descrito no filme *Matrix*, 1999). Parece pois que a verdade da TME conduz a possibilidades que deixam o dogmático em maus lençóis e o céptico a afiar as garras.

Referências

- Adams, F., & Aizawa, K. (2001) “The bounds of cognition” in *Philosophical Psychology*, 14, pp. 43–64.
- (2008) *The bounds of cognition*, Oxford: Blackwell.
- Clark, A., & Chalmers, D. (1998) “The extended mind” in *Analysis*, 58, pp. 7–19.
- Clark, A. (2007) “Curing cognitive hiccups: A defense of the extended mind” in *Journal of Philosophy*, 104, pp. 163–192.
- (2008) *Supersizing the mind*. Oxford: Oxford University Press.
- (2011) “Finding the Mind” in *Philosophy Studies* (online DOI 10.1007/s11098-010-9598-9).
- Farkas, K. (2001) “Two Versions of the Extended Mind Thesis” in *Philosophia* (online DOI 10.1007/s11406-011-9355-0).
- Gertler, B. (2007) “Overextending the mind?” in B. Gertler & L. Shapiro (Eds.), *Arguing about mind* (pp. 192–206). London: Routledge.

8. Não podemos, nem vamos, como é óbvio, tratar aqui do chamado Problema Duro da Consciência, o problema de como determinadas funções cerebrais geram esse conjunto organizado de experiências e acontecimentos mentais a que chamamos consciência. Assumimos tacitamente que a mente é condição de possibilidade para a consciência, e que esta é uma condição suficiente para aquela.

Kirchhoff, D, (2011) “Extended cognition and fixed properties: steps to a third-wave version of extended cognition” in *Phenomenology and the Cognitive Sciences* (online DOI 10.1007/s11097-011-9237-8).

Menary, R, (Ed.) (2008). *The extended mind*. Aldershot: Ashgate Press.

Rowlands, M, (1999) *The body in mind: Understanding cognitive processes*. Cambridge: Cambridge.

–(2009) “The extended cognition and the mark of the cognitive”. In *Philosophical Psychology*, 22 , pp. 1–19.

Rupert, R, (2004). “Challenges to the hypothesis of extended cognition” in *Journal of Philosophy*, 101, pp. 389–428.